

Crise depende apenas de solução política, afirmam empresários

159
Belo Horizonte — “Soluções técnicas para a crise brasileira existem; o que falta é a decisão política de adotá-las”. Esta é uma das conclusões a que chegaram ontem os presidentes de 15 Associações e Federações do Comércio do Brasil, após uma reunião extraordinária realizada em Belo Horizonte. Os empresários criticaram a “excessiva centralização das decisões na área econômica, em descompasso com o processo de abertura política”, e reivindicaram a adoção de medidas efetivas urgentes para reduzir o impacto negativo da maxidesvalorização do cruzeiro e diminuir as altas taxas de juros, sob pena “de um sério comprometimento da livre iniciativa, pelo avanço da situação de crise”.

Os presidentes das entidades não divulgaram qualquer documento conjunto após a reunião, mas, em entrevistas, apoiaram a “Carta de Minas”, divulgada pela Associação Comercial Mineira, que faz uma análise da situação do país, propõe ao governo e ao Congresso Nacional a reflexão sobre algumas medidas na área econômica e defende “a plena redemocratização do país, com eleições livres em todos os níveis; a retomada pelo Congresso Nacional das suas atribuições e prerrogativas; a reformulação constitucional, de forma a resguardar a vocação democrática do povo brasileiro e possibilitar o reencontro do Estado

com a nação, e a realização de uma reforma tributária”.

ISOLAMENTO

O presidente da Confederação Nacional das Associações Comerciais, Ruy Barreto, que também participou da reunião, voltou a condenar o isolamento do governo e disse que a abertura política no país “só se viabilizará quando houver uma abertura também na área econômica, deixando de serem tomadas decisões de forma centralizada, sem participação de empresários, trabalhadores e da classe política”.

Para Barreto, o palco das discussões e decisões deve ser o Congresso Nacional, “que precisa ser fortalecido”, para cumprir seu papel de ampliar os debates e permitir a participação de todos no processo decisório. O que tem ocorrido até agora, conforme o presidente da confederação, é que os empresários “têm sido ouvidos, mas não entendidos”.

Ainda a respeito da falta de diálogo com o governo, o presidente da Federação do Comércio do Paraná, Carlos Alberto Pereira de Oliveira, disse que a classe empresarial já não tem mais como sequer conversar com os ministros da área econômica e a prova disto é que há poucos dias “nós fomos ao ministro Leito de Abreu e não a eles, para pedir-lhe que levasse nossa apreensão ao presidente Figueiredo”.

Perguntado sobre qual a resposta que havia sido dada pelo chefe do Gabinete Civil, o empresário afirmou: “Ele não disse nada. Ele não fala”.

Como não foi divulgado documento, os principais pontos da reunião dos presidentes de federações foram relatados à imprensa pelos representantes do Rio Grande do Sul, César Rogério Valante, e de São Paulo, Guilherme Afif Domingos.

Segundo o empresário gaúcho, há consenso entre a classe empresarial de que parte da culpa pela crise decorre da conjuntura internacional, “mas que ponderável parcela é consequência da condução da política econômica de forma centralizada”. César Valante disse que a solução dos problemas foi prejudicada “pelo retardamento da participação social de todos os brasileiros” no processo de decisão. Disse ainda haver uma grande preocupação com o “sério comprometimento da livre iniciativa” no Brasil e apontou como principal problema a ser resolvido o do alto custo do dinheiro.

Para Guilherme Afif Domingos, há problemas de curto, médio e longo prazos para serem equacionados, “mas é preciso deixar claro que, se não resolvermos os problemas de curto prazo, não haverá tempo para resolver os de médio e longo prazos, pois a maioria das empresas brasileiras — em especial as médias — não terá condições de sobrevivência”.